



A PESQUISA NA LINHA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Cleide Carvalho Matos [*]
Antonia Costa Andrade [**]

RESUMO

O artigo objetiva analisar os objetos de pesquisa das produções científicas na área de Políticas Públicas Educacionais dos pós-graduandos da linha de pesquisa Política Educacional, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá (PPGED-UNIFAP). O problema que motivou a pesquisa se expressa por meio da seguinte pergunta: Quais objetos de pesquisa das políticas educacionais foram analisados pelos mestrandos da linha de pesquisa Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIFAP? O estudo evidencia a preocupação dos pesquisadores com a análise de políticas públicas os quais, em larga medida, se debruçaram sobre a análise de programas educacionais, o trabalho docente na educação básica e superior, o currículo, a BNCC, a avaliação, o financiamento, a gestão e as diretrizes curriculares nacionais. Considerando os níveis e as modalidades educacionais, observa-se a ausência de pesquisas sobre educação infantil e primeira etapa da educação básica, tema associado às demandas educacionais por sua histórica negação, sobretudo, à classe trabalhadora. Não há também pesquisas sobre Educação do Campo, ausência que reflete a necessidade de se discutir na pós-graduação, principalmente nas Amazônias, as histórias de lutas e resistências das comunidades locais para garantir o direito à educação. Observou-se também a falta de discussão de temáticas sobre as diferenças.

Palavras-chave: Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Amapá. Produção Científica.

[*] Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Pará. Docente na Universidade Federal do Pará. ORCID:

<https://orcid.org/0000-0003-3229-9441>. E-mail: cleidematos@ufpa.br.

[**] Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Docente na Universidade Federal do Amapá. ORCID:

<https://orcid.org/0000-0002-4527-8562>. E-mail: antoniaunifap@gmail.com



INTRODUÇÃO

A finalidade deste artigo consiste em analisar os objetos de pesquisa das produções científicas na área de Políticas Públicas Educacionais, dos pós-graduandos da linha de pesquisa Política Educacional do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Amapá (PPGED-UNIFAP). O problema que motivou o estudo se expressa por meio da seguinte pergunta: Quais objetos de pesquisa das políticas educacionais foram analisados pelos mestrandos da linha de pesquisa Políticas Educacionais do PPGED-UNIFAP?

Compreende-se que fazer uma cartografia da produção científica dos pós-graduandos do PPGED-UNIFAP constitui um passo importante para o fortalecimento das pesquisas sobre políticas educacionais no referido Programa, e contribuirá para identificarmos os objetos de pesquisas estudados: os tipos de pesquisa, a metodologia adotada, as lacunas existentes, entre outros aspectos.

O foco da pesquisa são as Políticas Públicas Educacionais, considerando como o campo acadêmico tem trabalhado com esse tema e suas múltiplas mediações. Para Azevedo e Aguiar (2001, p. 71), as políticas educacionais compreendem o

[...] conjunto das políticas públicas de corte social, entendidas como a expressão da ação (ou não ação) social do Estado e que têm como principal referente a máquina governamental, no movimento de regulação do setor educação.

Sobre as políticas públicas, Hofling (2001, p. 31) destaca que elas são de responsabilidade do Estado, o qual tem o dever de promover sua “[...] implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada”.

A Educação, enquanto uma política pública de responsabilidade do Estado, precisa ser analisada e compreendida como um dos direitos da cidadania; razão pela qual é fundamental a realização de pesquisas que visem elucidar quais temas sobre políticas públicas educacionais



têm se constituído em objeto de preocupação epistemológica dos pós-graduando do PPGED-UNIFAP.

Nossa reflexão sobre políticas públicas educacionais será ancorada no materialismo histórico-dialético, método que permite “Apreender as relações dinâmicas e processuais do conjunto das determinações de um objeto ou fenômeno e sintetizá-las teoricamente [...]” (MARTINS; LAVOURA, 2018, p. 227), assim como permite ao pesquisador apreender a atividade humana em sua complexidade e historicidade. É, portanto, um método que “[...] tem a prática social como referência fundante da construção do conhecimento, nela residindo os seus critérios de validação”. (MARTINS; LAVOURA, 2018, p. 233).

Tomamos para análise todas as dissertações defendidas na linha de pesquisa Políticas Educacionais no PPGED/UNIFAP no período de 2019 a 2021. Priorizamos a análise da abrangência das investigações (nacional, regional e local), o foco das temáticas (Educação Básica e suas modalidades e Ensino Superior), os temas que traduzem os objetos de estudo, as abordagens de pesquisa e os procedimentos metodológicos.

O levantamento das dissertações foi realizado no período de 19 de maio a 21 de junho de 2022 no sítio do PPGED-UNIFAP (Disponível em: <https://www2.unifap.br/ppged/dissertacoes/>), na linha de pesquisa Políticas Educacionais. Ao todo, foram consideradas 26 dissertações que foram analisadas a partir da leitura de todos os resumos e, quando necessário, da dissertação na íntegra.

Além da pesquisa no sítio do PPGED-UNIFAP, levantamos o número de Programas de Pós-Graduação (PPG) em Educação na plataforma Sucupira, com informações relativas ao quantitativo de programas na Região Norte do Brasil. O estudo propõe também evidenciar as assimetrias regionais no processo de expansão da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, especificamente na Região Norte.

É pertinente ressaltar que os anos de 2020 e 2021 foram os anos mais afetados pela pandemia de Covid-19. O estado do Amapá sofreu com a falta de leitos, sobretudo de Unidades de Terapia Intensiva (UTI), com a escassez de medicamentos, com a carência de profissionais de saúde etc. A UNIFAP, por exemplo, teve que antecipar a inauguração do Hospital Universitário para atender às vítimas da Covid-19.

A pandemia afetou diretamente a Educação em todos os seus níveis de ensino, obrigando a suspensão das aulas presenciais, dado o risco de contágio pelo vírus SARS-CoV-2.



Mesmo diante da suspensão das aulas, o Ministério da Educação (MEC) não tomou as medidas necessárias para coordenar as ações educacionais e se eximiu da responsabilidade de financiar as atividades pedagógicas que demandavam uma logística diferenciada em função do isolamento social. Em 2022, ocorreu o retorno das aulas presenciais, que trouxe um pouco de normalidade à rotina acadêmica. Contudo, a pandemia ainda tem afetado a vida acadêmica de muitos jovens com repercussões na formação e, conseqüentemente, na conclusão do curso.

A Pós-Graduação em Educação: os caminhos trilhados na Região Norte do Brasil

Para Severino (2009, p. 16), a existência da pós-graduação se justifica por sua “[...] destinação à produção do conhecimento através da pesquisa articulada à formação de novos pesquisadores. Trata-se de se fazer ciência e não apenas de transmiti-la”. Por ser o lugar de produção sistemática e permanente de conhecimento, a pós-graduação é um espaço importante para a construção de novas epistemologias.

Na pós-graduação, a pesquisa assume centralidade, “[...] tanto que é possível afirmar que é no âmbito da pós-graduação que efetivamente essa prática acontece”. (SANTOS; AZEVEDO, 2009, p. 534). Deste modo, sumarizar o processo de institucionalização da pós-graduação *stricto sensu* na Região Norte é um passo importante para compreender o espaço ocupado pela produção científica na região e sua representação no cenário nacional. Do mesmo modo, é uma contribuição para a produção de novos estudos e pesquisas sobre a pós-graduação, que, segundo Garcia, Magalhães e Weigel (2021, p. 85), aponta para a necessidade de mais estudos, especialmente sobre a oferta de PPG na área de Educação na Amazônia, “[...] a fim de compreender êxitos e dificuldades na formação de professores para os diversos níveis de ensino”.

A Região Norte do Brasil foi a última a implantar Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE). O primeiro programa foi criado na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) em 1987 com a oferta de um curso de mestrado; depois, somente em 2003 foi aprovado um novo PPGE, desta feita na Universidade Federal do Pará (UFPA), também um curso de mestrado. De acordo com Camargo, Andrade e Camargo (2022, p. 15), “Dentre os aspectos que contribuíram para essa tardia aprovação, destaca-se a ausência de corpo docente qualificado para integrar o conjunto de professores para atuar nesse programa, [...]”. A demanda por professores com qualificação e produção científica se configura como um fator



determinante para a implantação dos PPGE na Amazônia. Por isso, de acordo com Garcia, Magalhães e Weigel (2021, p. 84), “[...] é razoável considerar que somente fixando pesquisadores na Amazônia é possível abordar em profundidade os vários desafios da Amazônia”.

A implantação de PPGE na Região Norte se deu de forma lenta. No período de 1987 a 2022, foram aprovados somente 20 cursos, os quais estão distribuídos em 16 programas, conforme apresentamos no Quadro 1.

QUADRO 1 – Pós-Graduação em Educação na Região Norte, por estado, IES, Programa, Nível, ano de criação/2022

UF	IES	Programa	Nível	Ano de início do curso			
				ME	DO	MP	DP
PA	Universidade Federal do Pará (UFPA)	PPEB	ME	2016	-	-	-
		PPGED	ME/DO	2003	2008	-	-
		PPGEDUC	ME	2014	-	-	-
TO	Universidade Federal do Tocantins (UFT)	PPGE	ME	2012	-	-	-
		PPPGE	MP	-	-	2017	-
RO	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	PPGE	ME	2010	-	-	-
		PPGEEProf	MP/DP	-	-	2014	2019
PA	Universidade do Estado do Pará (UEPA)	PPGED	ME/DO	2005	2019	-	-
AM	Universidade do Estado do Amazonas (UEA)	PPGED	ME	2020	-	-	-
AM	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	PPGE	ME/DO	1987	2010	-	-
AP	Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	PPGED	ME	2017	-	-	-
RR	Universidade Estadual de Roraima (UERR)	PPGE	ME	2014	-	-	-
PA	Universidade Federal do Oeste Do Pará (UFOPA)	PPGE	ME	2014	-	-	-
AC	Universidade Federal do Acre (UFAC)	PPGE	ME	2014	-	-	-
RR	Universidade Federal de Roraima (UFRR)	PPGEduc	ME	2019	-	-	-
PA	UFPA, UFAM, UFOPA, UFT, UFAC, UNIFAP, UFRR, UNIR E UEA ¹	PGEDA	DO	-	2020	-	-

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos Relatórios da Plataforma Sucupira (2022).

1 O Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA) foi aprovado pela Capes em 05/04/2019; articula 39 pesquisadores de nove Universidades Federais e uma Universidade Estadual da Região Norte com a finalidade de formar novos doutores para investigar, prioritariamente, a educação na região, criar estratégias de integração intrarregional e consolidar os grupos de pesquisas existentes na Amazônia. Disponível em: <<http://www.educanorte.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/apresentacao>>.



Os 20 cursos de pós-graduação estão distribuídos nos sete estados da Região Norte, sendo 13 cursos de mestrado acadêmico, 2 (dois) cursos de mestrados profissionais, 4 (quatro) doutorados acadêmicos e 1 (um) doutorado profissional. Os PPGEs da Região Norte foram criados, majoritariamente, no período de 2010 a 2019. O que significa dizer que são programas recentes que ainda estão em fase de consolidação. Outro aspecto que chama a atenção é a oferta de cursos de doutorado, pois existem apenas cinco desses cursos na região, que, em extensão territorial, ocupa quase 60% do território nacional (IBGE, 2022). Esses cursos estão localizados em Instituição de Ensino Superior (IES) públicas dos estados de Amazonas, Pará e Roraima. Destes cinco cursos, três estão localizados em Belém, capital do estado do Pará. Tal fato explicita uma relação desigual na expansão de programas na Região Norte, pois, apesar de existirem cursos de mestrados em todos os estados, o de doutorado fica concentrado em apenas três estados. Por isso, os pesquisadores que vivem na região para continuar sua formação são obrigados a migrarem para os centros urbanos, e até mesmo para outros estados e regiões. Deste modo, as assimetrias regionais também se configuram como a marca das distribuições de PPGE entre os estados da região.

Alves (2012), ao analisar os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG), identificou que o problema das assimetrias regionais na oferta das pós-graduação no Brasil foi pautado nos referidos documentos. O III PNPG, por exemplo, apresentou que um dos problemas é “[...] a discrepância entre as atividades de pós-graduação nas diferentes regiões do país, com a Região Norte respondendo por apenas formação de 0,85% desse nível de ensino e a Região Sudeste por 74,21%”. (ALVES, 2012, p. 53). Por sua vez, o V PNPG também pontuou o problema das assimetrias regionais e estaduais, assim também como o número insuficiente de programas de pós-graduação nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

As assimetrias regionais e estaduais e o número insuficiente de programas de pós-graduação nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste são um problema que tem se constituído em objeto de preocupação de diferentes setores e de pesquisadores, a exemplo do que indicam Garcia, Magalhães e Weigel (2021) e Ramalho e Madeira, (2005), que precisa ser pautado pelo Estado Brasileiro por meio uma ação planejada de forma sistemática com investimentos, tanto na ampliação das estruturas físicas como no número de docentes e técnicos, dentre outros fatores.



Decorridos quase 40 anos do primeiro PPGED, a realidade da pós-graduação em Educação na Região Norte não se alterou de forma significativa. Assim, apesar da ampliação do número de programas que hoje está presente em todos os estados da região e da aprovação de cursos de doutorado, as assimetrias regionais continuam como marcas desse processo. Há necessidade de expansão e interiorização dos PPGE na região para garantir acesso aos diferentes grupos sociais que fazem parte da referida região.

As pesquisas na área de política educacional no PPGED/UNIFAP

De acordo com Mainardes (2018), o campo da Política Educacional, no contexto latino-americano, encontra-se em processo de institucionalização; por isso, algumas vezes, há dificuldades na delimitação dos temas e na abrangência da área. O autor afirma que esse problema pode ser identificado em publicações de livros e artigos, na abordagem de grupos de pesquisas e em comunicações em eventos da área, que, apesar de mencionar a expressão “políticas educacionais” entre outras similares, abordam temáticas diversas, distanciadas do campo das Políticas Educacionais. No Brasil, as pesquisas sobre Política Educacional ocorreram a partir da década de 1960, cujas origens estão assentadas na Administração Escolar e Educacional. Porém, somente “[...] a partir da década de 1980, a área expandiu-se e afirmou-se como específica” (MAINARDES; STREMELE, 2019, p. 3). Foi nesse período que ocorreu a criação do Grupo de Trabalho “[...] ‘Estado e Política Educacional’ no interior da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação-ANPEd [...]. Da mesma maneira, é a partir do ano de 1995 que a ANPAE reconhece e institucionaliza este campo [...]”. (AZEVEDO; AGUIAR, 2001, p. 4).

A tardia institucionalização do campo das Políticas Educacionais no Brasil, somada à distribuição desigual de PPGE, reverberou na institucionalização das pesquisas sobre a temática nas diversas regiões do Brasil. Mainardes (2018), ao analisar as perspectivas teórico-epistemológicas adotadas por autores brasileiros em seus artigos sobre Política Educacional, publicados entre 2010 e 2012, evidenciou que há disparidades no percentual de autores de artigos no Brasil, sobretudo quando se considera como parâmetro de avaliação a localização geográfica dos pesquisadores. A Região Norte, por exemplo, é a que possui o menor percentual



de produção científica sobre Política Educacional, representando apenas 3,6% das produções nacionais.

Essa assimetria na produção de conhecimentos sobre políticas educacionais entre as diferentes regiões brasileiras é preocupante, pois demonstra a baixa inserção de pesquisadores, sobretudo da Região Norte, nos meios de divulgação da produção científica nacional. Tal fato dificulta a constituição e consolidação de um aporte teórico local que sirva de referência para as pesquisas produzidas *na e sobre* a região amazônica, “[...] de forma a ancorar os estudos deste contexto em outros autores dessa mesma realidade, numa relação Sul-Sul e de consolidação de autores da região amazônica”. (GARCIA; MAGALHÃES; WEIGEL, 2021, p. 92). Compreende-se, pois, que “A teoria contribui para garantir robustez conceitual, assim como para oferecer um método para a reflexividade e para a compreensão das condições sociais da produção de conhecimento”. (MAINARDES, 2018, p. 7).

Diante desse cenário é que se vislumbra analisar os objetos de pesquisa da produção científica na área de políticas públicas educacionais dos pós-graduandos da linha de pesquisa Política Educacional do PPGED da UNIFAP. O estado do Amapá foi o último estado do Brasil a ter um PPGE, cuja aprovação ocorreu somente em 2017, embora a tentativa de implantação do PPGE tenha iniciado em 2006 com o envio da primeira proposta, que foi recusada, pois “[...] não atendia a uma condição *sine qua non* para a efetivação desse propósito: quadro docente qualificado em número suficiente para essa investida inicial” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ, 2022). Em 2014, foi enviada a segunda proposta, que novamente foi recusada; desta feita, a fragilidade consistia na “[...] falta de articulação entre as disciplinas e escassa produção docente, que não cumpriam os requisitos mínimos da Área”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ, 2022). Em 2016, a UNIFAP apresentou uma nova proposta que atendeu às exigências feitas na proposta de 2014, finalmente obtendo a aprovação do Curso de Mestrado Acadêmico em Educação.

O PPGED da UNIFAP foi recomendado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 15 de dezembro de 2016. Seu início ocorreu em 23 de janeiro de 2017 e reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2018 por meio da Portaria nº 1.359, de 18 de dezembro de 2018. A finalidade do programa é “Formar docentes-pesquisadores, [...] capazes de atuar no magistério e em pesquisas cujo foco central seja a



educação, buscando pautar sua práxis na valorização da educação pública, gratuita, laica, democrática e inclusiva”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ, 2022).

O curso de Mestrado em Educação da UNIFAP está estruturado em duas linhas de pesquisa: (1) Políticas Educacionais; e (2) Educação, Culturas e Diversidades. De acordo com Severino (2009, p. 20-21), as linhas de pesquisas “[...] constituem a referência central para a docência, para a definição dos núcleos de estudos, para o delineamento da temática das dissertações e teses, para a produção científica dos docentes e discentes”; por isso, as linhas de pesquisa devem representar o núcleo temático central do programa.

Nesse panorama, a linha de pesquisa de Políticas Educacionais tem como objetivo promover:

Estudos e pesquisas sobre políticas públicas educacionais e planejamento sociopedagógico formais e não formais. Abordagem e avaliação de políticas, programas e projetos educativos, considerando o papel do Estado, dos movimentos sociais, das ações governamentais e da articulação com outros atores sociais. Análise da política educacional e seus condicionantes e implicações históricos, econômicos, políticos, sociais, culturais e regionais. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ, 2022, [s.p.]).

Por sua vez, a linha de pesquisa Educação, Culturas e Diversidades tem como finalidade promover pesquisas que

Estuda[m] a relação entre educação, as diversas culturas e as diferenças que compõem a sociedade brasileira. Contempla questões referentes ao multiculturalismo e à interculturalidade, como dimensões políticas, epistemológicas, ontológicas e educacionais. Analisa as relações interativas entre Escola, escolarização de grupos historicamente excluídos, sociedade e seus múltiplos espaços histórico-educativos, em realidades culturais marcadas pela pluralidade. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ, 2022, [s.p.]).

As duas linhas se propõem a estudar problemáticas da realidade educacional brasileira, sobretudo as políticas educacionais e seus condicionantes, considerando a relação entre a educação e as diferentes culturas. Todavia, tal propósito é mediado pela realidade socioeducacional da Amazônia, que entrecruza os objetos de forma explícita ou implicitamente.



Análise e discussões

Em 2019, ocorreram as primeiras defesas de dissertações da linha de pesquisa Políticas Educacionais no PPGED/UNIFAP, com nove trabalhos concluídos no referido ano. Em 2020, foram defendidas mais 10 dissertações, e em 2021 apenas sete. No total, até o período de levantamento das dissertações (19 de maio a 21 de junho de 2022), havia 26 dissertações disponíveis no *site* do programa.

O primeiro aspecto analisado foi o objeto de pesquisa. A intenção era identificar quais níveis de ensino foram mais pesquisados pelos pós-graduandos e quais temas dentro desses níveis de ensino foram objeto de pesquisa. Ao indagar sobre qual é o objeto de estudo do campo teórico das políticas educacionais, Mainardes (2018, p. 188) afirma que a resposta a essa pergunta “[...] é complexa, coloca inúmeros desafios e não comporta uma resposta fechada e definitiva, podendo existir explicações distintas e variar de acordo com a perspectiva epistemológica do pesquisador”. Todavia, o autor considera que

[...] o objeto de estudo da política educacional é a análise das políticas educacionais formuladas pelo aparelho de Estado, em seus diferentes níveis e esferas (federal, estadual, municipal). Essa análise abrange estudos de natureza teórica, estudos com base empírica e estudos para a superação da realidade. (MAINARDES, 2018, p. 189).

Ainda de acordo com Mainardes (2018, p. 189), as pesquisas sobre políticas educacionais abordam diferentes aspectos desse objeto, tais como: “[...] a análise do processo de formulação de políticas; o conteúdo propriamente dito da política ou do programa (discurso da política); os processos de implementação, tradução e interpretação da política ou programa no contexto da prática (escolas, salas de aula, etc.)”, entre outros aspectos. Podemos dizer, com base em Mainardes (2018, p. 189), que “[...] o objeto de estudo com o qual se ocupa o pesquisador de políticas educacionais é essencialmente a análise de políticas educacionais, tarefa que é enfrentada pelos pesquisadores de formas diferenciadas, [...]”, conforme podemos observar nas produções dos pós-graduandos da linha de pesquisa Políticas Educacionais do PPGED/UNIFAP.

No Quadro 2, apresentamos a distribuição dos trabalhos de acordo com o nível de ensino analisado e sua abrangência.



QUADRO 2 – Relação das temáticas objeto de pesquisas

Abrangência	Foco	Questões/objetos abordadas
Local	Educação Superior	O custo da educação superior na UNIFAP;
		Instituição e expansão da pós-graduação <i>stricto sensu</i> na UNIFAP;
		Educação em direitos humanos na UNIFAP;
		Sindicalismo docente universitário na UNIFAP;
		Trabalho docente na UNIFAP;
		IFAP no processo de expansão da educação superior pública amapaense;
	Educação Básica	Curso de engenharia da UEAP.
		Referencial Curricular Amapaense;
		Trabalho docente na reforma do Ensino Médio amapaense;
		A educação na Amazônia do ouro negro
		Meta 19 do PNE – a gestão democrática nos Planos estaduais e distrital de educação de Macapá;
		BNCC na concepção de professores de Laranjal do Jari;
Educação especial e Inclusiva	Endividamento por empréstimo consignado de docentes da educação básica da rede pública estadual em Macapá	
	Condições de trabalho docente no atendimento educacional especializado na rede estadual de ensino público macapaense;	
Educação Profissional	Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na EJA no IFAP	
	Concepção de ser humano no PROEJA do IFAP	
Regional	Educação Básica	Política de avaliação no Brasil, perspectiva de qualidade e autonomia impressas nos sistemas de avaliação da região norte
		Planos estaduais de educação e trabalho docente na educação básica dos estados de Amapá, Pará e Roraima.
Nacional	Educação Superior	Financiamento das universidades federais.
		Diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em direito.
		Concepção de direitos humanos de docentes da educação superior.
		Expansão da pós-graduação e desigualdades regionais no contexto dos planos nacionais de pós-graduação.
		Projeto formativo do engenheiro na contemporaneidade
	Educação Básica	Plano nacional de leitura
	Educação Especial e Inclusiva	Carreira docente e educação especial nos planos de cargos carreiras e remuneração das redes públicas estaduais do Brasil
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Dimensão teórico-metodológicas das pesquisas sobre políticas educacionais para a EJA.	

Fonte: elaboração das autoras (2022).

A maior incidência de dissertações é sobre temas voltados para a Educação Superior. Nesse nível de ensino, agrupamos pesquisas que tratam sobre a graduação e a pós-graduação, totalizando 12 pesquisas que correspondem a 46% do total. Há uma pulverização de objetos empíricos, os quais reúnem estudos que tratam dos seguintes temas: Educação em Direitos



Humanos na UNIFAP; Formação de Engenheiros; Financiamento das Universidades Federais; Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito; Custo da Educação Superior para os Estudantes de Medicina e Artes da UNIFAP; Instituto Federal de Educação do Amapá no Processo de Expansão da Educação Superior Pública no Amapá; e Sindicalismo no Ensino Superior e Trabalho Docente na UNIFAP. Com exceção da temática sobre Direitos Humanos, que foi objeto de duas pesquisas, e sobre a Formação de Engenheiros, que também foi tema de duas dissertações, os demais temas são objeto de apenas uma pesquisa. Nesse aspecto, concordamos com Garcia, Magalhães e Weigel (2021, p. 93), que justificam a amplitude de temas pela baixa oferta de pós-graduação *stricto sensu* no Norte do Brasil – fato que contribui para que os PPGEs acabem “[...] reunindo diversos pesquisadores e demandas de estudos”. Deste modo, a diversidade de temas “[...] revela o esforço dos PPGEs da Amazônia para tratar uma vasta demanda de problemas de pesquisa que traduzem os estudos e a necessidade de soluções educacionais na região”. (GARCIA; MAGALHÃES; WEIGEL, 2021, p. 97). Observa-se que um terço das pesquisas sobre Educação Superior teve como foco a UNIFAP; evidenciando que a preocupação epistemológica dos pesquisadores é a realidade da universidade pública no estado do Amapá.

A Educação Básica também foi foco das pesquisas dos mestrandos, que ao todo produziram sete dissertações, as quais representam 27% do total de trabalhos analisados. Os temas priorizados foram: Meta 19 do Plano Nacional de Educação (PNE), que trata da gestão democrática escolar; narrativas de Professores/Formadores do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC/AP); e endividamento por empréstimos consignados de docentes da Educação Básica da rede pública estadual em Macapá/AP (2003 a 2016). Dentro da Educação Básica, o Ensino Fundamental foi o nível mais pesquisado, contabilizando três pesquisas, cujos objetos de análise foram: BNCC, Referencial Curricular e Educação na Amazônia do “Ouro Negro”.

Sobre as modalidades de Educação, destacam-se duas pesquisas relativas a Educação Profissional, duas que tratam de carreira e remuneração do magistério no âmbito da Educação Especial e Inclusiva, e uma pesquisa sobre Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Quanto à abrangência, as pesquisas são majoritariamente acerca de temas locais. Nesse caso, ao todo foram 16 dissertações com foco em questões locais, totalizando 61,5% das pesquisas; duas dissertações que analisam temáticas regionais; e oito que abordaram temáticas



de cunho nacional. Nesse aspecto, há confluência com as pesquisas de Oliveira, Souza e França (2014) e de Garcia, Magalhães e Weigel (2021), que também identificaram a predominância de temáticas locais em pesquisas realizadas nos PPGs da Região Norte.

Observa-se que, nas pesquisas realizadas nos PPGED localizados na Amazônia, há prevalência de temáticas locais. De Oliveira, Dos Santos e Souza Avelino de França (2014, p. 262) pontuam que “As dissertações no trato dos saberes na Amazônia têm como ponto de partida os sujeitos, o lugar, a história e a cultura amazônica, encontrando-se uma diversidade de sujeitos, de espaços, de saberes e práticas sociais e culturais”. Do mesmo modo, Garcia, Magalhães e Weigel (2021, p. 92-93) também sinalizam que “[...] a maioria dos estudos se dão com dados empíricos a partir de contextos locais. Há um esforço dos autores das teses para investigar problemas que afligem locais concretos, gerando conhecimento interligado à realidade [...]”.

A abordagem teórico-metodológica utilizada por 77% dos pós-graduandos foi o Materialismo Histórico-Dialético; os demais (23%) não fazem referência ao método. Observa-se uma opção epistemológica pelo enfoque crítico. Tal fato se evidencia nas pesquisas por meio de análises dos temas a partir de um referencial que se propõe a compreender a realidade concreta com base nas suas contradições, mediações e na sua totalidade social.

Na pesquisa realizada por Garcia, Magalhães e Weigel (2021) nos PPG da UFAM e da UFPA, constatou-se “[...] a forte utilização de bases teórico-epistemológicas críticas e a diversificação teórica, nomeadamente no PPGED-UFPA”. Os autores destacam que há nas pesquisas a

[...] predominância de interesses emancipatórios e intercomunicativos. Isso se deve por não haver um foco em pesquisas experimentais, puramente positivistas, mas por pesquisas em processos subjetivos, relacionadas à interação social, à autorreflexão e críticas da realidade. (GARCIA; MAGALHÃES; WEIGEL, 2021, p. 95).

Essa tendência se confirma nas pesquisas de mestrado do PPGED-UNIFAP, que também apresentam a preocupação em desenvolver dissertações que visem compreender o objeto, seja ele de abrangência local, regional ou nacional nas suas diversas mediações, ou seja, “[...] nas suas múltiplas relações no tempo e no espaço, sob a ação de sujeitos sociais” (CIAVATA, 2016, p. 225), por meio de análises que objetivam produzir conhecimentos capazes de promover mudanças nas situações levantadas.



Quanto á abordagem utilizada, no PPGED-UNIFAP, identificamos sete pesquisas nomeadas de qualitativas, 11 pesquisas consideradas quantiquantitativas e oito pesquisas que não anunciam o tipo de abordagem utilizada. Diferentemente das pesquisas realizadas por Garcia, Magalhães e Weigel (2021) e De Oliveira, Dos Santos e Souza Avelino de França (2014) – que identificaram a predominância de pesquisas com abordagem qualitativa em programas de Pós-Graduação em Educação no Norte do Brasil – no PPGED-UNIFAP, há predominância de pesquisas quantiquantitativas. A prevalência de tal abordagem está relacionada aos objetos de pesquisa e ao enfoque epistemológico, adotados pelos pós-graduandos. Os resultados da pesquisa se conformam com estudo anterior na área de Políticas Educacionais realizado por Mainardes (2018, p. 5), que identificou nos artigos sobre política educacional a “[...] predominância de procedimentos metodológicos mistos (quantitativos e qualitativos)”.

Os tipos de pesquisa utilizados nas dissertações foram: pesquisa documental (14 dissertações); pesquisa de campo (oito dissertações), estudo de caso (três dissertações) e pesquisa bibliográfica (uma dissertação). Quanto aos procedimentos de pesquisa mais recorrentes, tivemos os seguintes dados: a análise de documentos (14 dissertações fizeram uso somente deste instrumento); o questionário (4 [quatro] pesquisas); a entrevista adotada (2 [duas] dissertações); pesquisa bibliográfica (1 [uma] dissertação); em apenas uma pesquisa, utilizou-se o questionário e a entrevista de forma associada; em 1(uma) dissertação, associou-se à observação a entrevista, e em apenas duas pesquisas há a utilização combinada de pesquisa documental, questionário e entrevista. A pesquisa de Mainardes (2018) também identificou que a maioria dos artigos analisados utilizou a análise documental como procedimento de pesquisa. Nesse aspecto, há similaridade entre os resultados das duas pesquisas, todavia difere da pesquisa realizada por De Oliveira, Dos Santos e Souza Avelino de França (2014), que identificaram a pesquisa de campo como a mais utilizada por mestrandos do PPGED/UEPA.

Quanto às técnicas de análises de dados, 50% das pesquisas utilizaram a análise de conteúdo, 35% adotaram a análise do discurso, 11%, a análise documental e 4% a análise técnica de base de dados. Embora a maioria das pesquisas se caracterizem como pesquisa documental, a técnica de análise mais utilizada foi a análise de conteúdo.

Em um nível mais concreto, localizamos pesquisas sobre políticas educacionais em âmbitos local, regional e nacional, e análise de programas educacionais sobre trabalho docente



na Educação Básica e Superior, currículo, BNCC, avaliação, financiamento, gestão e diretrizes curriculares nacionais.

De acordo com Santos e Azevedo (2009, p. 543), a temática de política educacional pode contribuir positivamente na articulação entre “[...] a percepção da realidade social a partir do estudo científico dos problemas envolvidos na questão educacional e as políticas públicas concernentes, entendidas como a ação do Estado”. Deste modo, as pesquisas visam problematizar questões que afetam diretamente a realidade social e apresentar caminhos viáveis para os problemas levantados.

CONCLUSÕES

A Educação é uma política pública de responsabilidade do Estado, que precisa ser analisada e compreendida como um dos direitos da cidadania. Por isso, é fundamental promover pesquisas que visem compreender quais temas sobre políticas públicas educacionais têm se constituído em objeto de preocupação epistemológica dos pesquisadores.

Esta pesquisa evidencia a preocupação dos pesquisadores com a análise de políticas públicas, em larga medida, debruçando-se na análise de temáticas locais, sobretudo sobre Educação Superior. Considerando os níveis e as modalidades educacionais, observa-se a ausência de pesquisas sobre Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica – tema associado às demandas educacionais por sua histórica negação, principalmente à classe trabalhadora. Esta pesquisa também detectou que existe uma ausência de trabalhos sobre Educação do Campo, situação que reflete a necessidade de se discutir na pós-graduação, principalmente, nas Amazônias, as histórias de lutas e resistências das comunidades locais para garantir o direito à educação. Observou-se também a falta de discussão de temáticas sobre as diferenças.

No entanto, recentemente, o PPGED/UNIFPA lançou o Edital n. 03/2023 para preenchimento de vagas para indígenas, quilombolas, pessoas Trans (Transexuais/Transgêneros/Travestis), Pessoas com Deficiência (PcD), incluindo-se aquelas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), populações do campo (agricultores familiares/extrativistas/ribeirinhos/pescadores artesanais/trabalhadores assalariados rurais/assentados rurais/acampados da reforma agrária), bem como pessoas em situação de deslocamento forçado ou migrantes internacionais (refugiados/solicitantes de asilo/portadores



de visto humanitário/apátridas), além de povos e comunidades tradicionais de terreiro/matriz africana, contemplando e possibilitando a entrada daqueles que ainda estão no campo da invisibilidade de acesso à pós-graduação, tanto como sujeitos alvos de objetos de pesquisa como autores na qualidade de mestrandos/doutorandos, da produção científica no Brasil e nas Amazônias.

Consideramos, portanto, necessário maior investimento na produção do conhecimento sobre Políticas Educacionais na Região Norte, dada a relevância dessa temática para o fortalecimento das pesquisas na Amazônia e para a elucidação de problemas que afetam a educação nessa região.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. I. A gestão da pós-graduação no Brasil através de seus planos nacionais: os desafios dos gestores de cursos. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL** [on-line], v. 5, n. 4, p. 43-67, 2012. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=319327517004>. Acesso em: 10 jun. 2023.

AZEVEDO, J. M. L.; AGUIAR, M. A. da S. Políticas da educação: concepções e programas. In: WITTMANN, Lauro Carlos; GRACINDO, Regina V. (Coord). **O estado da arte em políticas e gestão da educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 71-87.

CAMARGO, A. M. M. de; ANDRADE, A. C.; CAMARGO, L. M. A formação docente na pós-graduação nas Amazônias brasileiras é de quem? Alguns desafios curriculares e formativos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 22, 2022. Disponível em:

<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol22articles/2184-camargo-andrade-camargo.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023

CIAVATA, M. Conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATA, M. (Org). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 191-230.

DE OLIVEIRA, I. A.; DOS SANTOS, T. R. L.; SOUZA AVELINO DE FRANÇA, M. do P. S. G. A pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 11, n. 23, 2014.

GARCIA, F.; MAGALHÃES, L.; WEIGEL, V. Pós-graduação em Educação no Norte do Brasil: no chão da Amazônia, temas e contextos. **Revista Lusófona de Educação**, n. 53, p. 81-100, 2021. Disponível em:

<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/8077>. Acesso em: 20 maio 2023.



HÖFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n. 55, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Amazônia Legal**. Rio de Janeiro IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 05 jun. 2023.

MAINARDES, J. Reflexões sobre o objeto de estudo da política educacional. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v. 4, n. 1, p. 186-201, jan.-abr. 2018. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Reflex%C3%B5es-sobre-o-objeto-de-estudo-da-pol%C3%ADtica-Mainardes/70b1454667b21d22109f19c51473f0c788046564>. Acesso em: 16 dez. 2022.

MARTINS, L. M.; LAVOURA, T. N. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 71, p. 223-239, set./out. 2018.

RAMALHO, B. L.; MADEIRA, V. de P. C. A pós-graduação em educação no Norte e Nordeste: desafios, avanços e perspectivas. **Rev. Bras. Educ.** set./out./nov./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/555gKPMgCtZ3twqMMSnwdXv/abstract/?lang=pt>. Acesso: 10 ago. 2022.

SANTOS, A. L. F. dos; AZEVEDO, J. M. L. de. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. **Rev. Bras. de Educ.**, v. 14, n. 42, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/9gS5G9MGJfFn9C6fwMtx7vp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SEVERINO, A. J. Pós-graduação e pesquisa: o processo de produção e de sistematização do conhecimento. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 9, n. 26, p. 13-27, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189115658002.pdf>. Acesso: 10 maio 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ-UNIFAP. PPGED-Programa de Pós-Graduação em Educação. **Histórico e Contextualização do Programa**, 2022. Disponível em: Programa de Pós-Graduação em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação UNIFAP. Acesso em: 20 jun. 2022.



RESEARCH IN THE LINE OF EDUCATIONAL POLICIES IN THE FRAMEWORK OF THE GRADUATE PROGRAM IN EDUCATION AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF AMAPÁ

ABSTRACT: The article aims to analyze the research objects of scientific productions in the area of Public Educational Policies of graduate students in the Educational Policy research line of the Graduate Program in Education at the Federal University of Amapá (PPGED-UNIFAP). The problem that motivated the research is expressed through the following question: What research objects of educational policies were analyzed by master's students from the Educational Policies research line of the Graduate Program in Education at UNIFAP? The study shows the concern of researchers with the analysis of public policies, to a large extent, they focused on the analysis of educational programs, teaching work in basic and higher education, curriculum, BNCC, evaluation, financing, management and national curriculum guidelines. Considering the educational levels and modalities, there is a lack of research on early childhood education, the first stage of basic education, a theme associated with educational demands due to its historical denial, especially the working class. There is also no research on Rural Education, an absence that reflects the need to discuss in graduate school, especially in the Amazon, the stories of struggles and resistance of local communities to guarantee the right to education. There was also a lack of discussion of themes about differences.

Keywords: Graduate in Education. Federal University of Amapá. Scientific production.

INVESTIGACIÓN EN LA LÍNEA DE POLÍTICAS EDUCATIVAS EN EL MARCO DEL POSGRADO EN EDUCACIÓN DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE AMAPÁ

RESUMEN: El artículo tiene como objetivo analizar los objetos de investigación de las producciones científicas en el área de Políticas Públicas Educativas de los estudiantes de posgrado en la línea de investigación Política Educativa del Programa de Posgrado en Educación de la Universidad Federal de Amapá (PPGED-UNIFAP). El problema que motivó la investigación se expresa a través de la siguiente pregunta: ¿Qué objetos de investigación de las políticas educativas fueron analizados por los estudiantes de maestría de la línea de investigación Políticas Educativas del Programa de Posgrado en Educación de la UNIFAP? El estudio muestra la preocupación de los investigadores con el análisis de las políticas públicas, en gran medida, se centraron en el análisis de los programas educativos, el trabajo docente en la educación básica y superior, el currículo, el BNCC, la evaluación, el financiamiento, la gestión y los lineamientos curriculares nacionales. Considerando los niveles y modalidades educativas, faltan investigaciones sobre la educación inicial, primera etapa de la educación



básica, tema asociado a las demandas educativas por su negación histórica, especialmente de la clase trabajadora. Tampoco hay investigaciones sobre Educación Rural, ausencia que refleja la necesidad de discutir en los posgrados, especialmente en la Amazonía, las historias de luchas y resistencias de las comunidades locales para garantizar el derecho a la educación. También hubo una falta de discusión de temas sobre las diferencias.

Palabras clave: Licenciado en Educación. Universidad Federal de Amapá. Producción científica.

Submetido em: junho de 2023.

Aprovado em: agosto de 2023.

Publicado em: setembro de 2023.